

IDENTIDADE, TERRITORIALIDADE E ECOLOGISMO: O
CASO DA LAGOA DO ABAETÉ*

Paulo R. Guimarães da Silva**

Este texto trata do potencial de mobilização social do ecologismo, de uma perspectiva de análise que acentua o papel das representações simbólicas dos atores envolvidos. A cidade de Salvador, e mais precisamente, a lagoa do Abaeté, no bairro de Itapuã, são nosso campo de observação. A partir de 1984, o valor histórico, cultural e de patrimônio natural fazem deste local um caso concreto de ação ambientalista. Analisasse, aqui, esta ação coletiva, apoiando-se na categoria central de territorialidade.

Este texto, que cruza abordagens da Sociologia e da Geografia política e cultural, mesmo que margeando a problemática das relações entre gestão metropolitana e poderes locais (poderes públicos e organizações civis), tentará indicar um ângulo de reflexão: a questão ambiental na cidade, a partir da análise do movimento de defesa das dunas e lagunas do Abaeté, no bairro de Itapuã, Salvador. Neste local, um movimento de defesa ecológica nasce na primeira metade dos anos oitenta. A este respeito, insistiremos sobre os componentes culturais de uma identidade coletiva urbana, tendo como pivô o conceito de territorialidade.

Não despreveremos, propriamente, a ação concreta das diferentes categorias sociais presentes no movimento, seus jogos de influência e relações de poder, quando confrontadas ao poder público e a outros sistemas de poder. É verdade que no movimento de defesa do Abaeté constatou-se uma dimensão interclassista fundamental, divergências de percepção de um mesmo problema, diferentes níveis de projeto e modalidades de ação social e política pertinentes de serem descritas. Trata-se aqui, portanto, de demonstrar que o Abaeté é, sobretudo, um território em torno do qual se formou uma ação coletiva portadora de um discurso ecológico, capaz

* Esta é uma versão modificada do texto "O lugar no mundo: o movimento de defesa da lagoa do Abaeté", a ser publicado numa coletânea do Núcleo de Pós-Graduação em Administração da UFBA, intitulada Governo local: poder e participação, pela Editora Vozes.

** Professor e pesquisador do Núcleo de Pós-Graduação em Administração, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia.

de fazer emergir a diversidade de dimensões de que um mesmo espaço de referência pode se revestir, segundo diferentes apropriações, seja sob a forma concreta de seu caráter produtivo e disciplinar, seja sob a forma simbólica, quando se trata de seu valor histórico, religioso, patrimonial ou natural.

Neste território organizou-se uma resistência nesta metrópole, manifestando a permanência de espaços de referência capazes de forjar uma identidade individual e coletiva, um sentimento de pertencimento social e um movimento de apropriação e defesa, permitindo-nos trabalhar com o conceito de territorialidade. Imprime-se a este local, ao mesmo tempo o bairro e a cidade, uma série de virtudes e de qualidades simbólicas inscritas na sua cultura. Este movimento de defesa ecológica, mesmo que fortemente marcado por situações sociais de exclusão, por manipulações políticas e por interesses econômicos externos, exprime a natureza do vivido nesta cidade, de suas crenças, de suas representações do mundo, de seus valores e normas tradicionais, através de práticas religiosas e tradições vivas, presentes em Itapuã e na cidade em geral.

Da origem do lugar à passagem à urbanidade

A palavra Itapuã, do vocabulário indígena tupi-guarani, significa a *pedra que ronca**, evocando o rumor produzido, outrora, pelo fluxo e refluxo das marés nas concavidades dos grandes rochedos da praia. Em 1552, Itapuã se torna propriedade do povo de Salvador, após decisão do governador geral Tome de Souza e demandas no seio da Casa de Vereação², sendo uma das primeiras doações sesmeiras efetuadas no Brasil. Através da Carta Sesmaria, cedeu-se a esta Casa do município uma extensão de terra desde o atual bairro do Rio Vermelho até a margem do rio Joanes, ao norte de Salvador. Conta-se que, em suas origens, os indígenas habitavam

¹ A maioria dos elementos a respeito da evolução urbana do bairro foram sistematizados ao longo de entrevistas abertas com notáveis locais. Por exemplo, a respeito das designações tradicionais dos rochedos nas praias do bairro, podemos citar: Itapuã Mirim, Tanuassú, Redonda, Diogo Dias, Ilha de Baixo, Sardinha, Vermelha, do Chapéu, Pedra do Sal e o mais conhecido, Pedra de Piraboca, onde se construiu o Farol de Itapuã em 1873.

² Segundo Kátia M. de Queiroz Mattoso as estruturas básicas do governo local, no Brasil, eram tão antigas quanto as do Governo Geral. A Casa de Vereação, ou Conselho de Vereação, mesmo não possuindo atribuições legislativas até o fim do século XVII, tratava de pequenos roubos, agressões ou injúrias, cuidava das vias públicas, fixava taxas urbanas, desempenhando importante papel na vida local (Mattoso, 1992, p.228).

em uma aldeola às margens do rio Tariri, onde, à medida que a colonização do território avançava nos arredores do lugarejo, construiu-se um grande sobrado para observar o movimento dos navios veleiros que se aproximavam da costa, bem como lutar contra as invasões estrangeiras. Este lugar é então consolidado enquanto um posto fortificado. Alguns colonos se instalaram em torno da atual praça Dorival Caymmi, vivendo da pesca da baleia, da carpintaria naval, do artesanato de cordas e da marcenaria. A pesca da baleia, também designada de *pirapuama*, fazia prosperar fortunas locais e estrangeiras. Por volta de 1768, a cidade do Salvador era iluminada com o óleo retirado das baleias, que também era exportado para a Inglaterra, a Espanha e Portugal³.

A ocupação progressiva transformou Itapuã, em seguida, na *Vila Velha dos Caboclos*, entreposto da pesca e centro polarizador e exportador das mercadorias produzidas ao norte da capital, na região do Recôncavo, a exemplo do açúcar proveniente da cidade de Santo Amaro da Purificação. Era também um lugar de embarque e desembarque de colonos e de escravos vindos diretamente da África, mais precisamente, da Nigéria. A *Aldeia dos Franceses*, uma outra designação dada ao bairro de Itapuã, desde então foi largamente ocupada, aforada ou arrendada. Não havia proprietários das terras, mas benfeitorias de foreiros e arrendatários dos terrenos, permanecendo neste regime até o início do século, quando a prefeitura de Salvador ali instalou uma Direção do Patrimônio, para administrar os bens do município. Este movimento do poder público engendra revisões no sistema fundiário até então vigente, e, como consequência, tem-se o fim do domínio pleno da propriedade. As terras se tornam propriedade do município, sob o nome de *Fazenda Itapuã*. Seus habitantes passam a pagar pelo arrendamento dos terrenos, situação que subsistia ainda há trinta anos atrás. Em 1926 Itapuã era só areia, casas construídas de sopo e cobertas de palha, afirmam os mais antigos moradores. Até a década de 1930, o meio ambiente sócio-cultural desta porção da cidade permanece em torno da pesca, como meio de subsistência, e cujos produtos eram trocados por outros alimentos ou mesmo distribuídos à população, quando a oferta ultrapassava a demanda. Na vila de Itapuã todos se conheciam e reconheciam facilmente os estrangeiros, ou seja, aqueles que não eram nascidos no lugar. Os filhos de Itapuã, descendentes de velhas famílias locais, eram designados *itapuanzeiros*.

O processo histórico de ocupação do solo se desenvolverá, fundamentalmente, mais ao longo da costa que sobre os bancos de areia,

³ A respeito de passagens destes eventos na Bahia, remetemos à obra de Ribeiro (s.d.).

no grande entorno da lagoa do *Abaeté*⁴. Nos anos quarenta, o bairro conhece seu primeiro grande projeto de ordenamento territorial. Em 1944, para a construção da base aérea de Salvador e do aeroporto Dois de Julho, o governo federal, por decreto, declara de utilidade pública para fins militares uma área de aproximadamente 2.000 hectares, cujos ocupantes foram indenizados. Novas habitações para os funcionários da base e, em seguida, a abertura de novas vias de comunicação entre o litoral e o interior (a estrada de Mussurunga, a estrada velha de Ipitanga) marcarão o prelúdio de uma nova temporalidade, definitivamente consagrada pela abertura, no governo do Otávio Mangabeira, de uma avenida litorânea ligando o bairro às áreas mais centrais da cidade de Salvador.

Esta nova temporalidade, na prática, se manifesta pela chegada massiva de migrantes atraídos pelas obras de construção das instalações militares. Neste momento, Itapuã perde sua função de apenas centro polarizador do litoral norte, assumindo aquela de bairro balneário da Cidade de Salvador. Isto constituirá um fator de mudanças na estrutura sócio-econômica e cultural local. Assiste-se ao desaparecimento do artesanato, visto que os artesãos, por melhores salários, emigram. Desaparece, igualmente, toda uma tradição de carpintaria naval, serralharia e cordoaria. Uma nova figura sócio-cultural surge no bairro: o veranista e suas casas de turista. Este processo de reestruturação sócio-espacial se intensificará nos anos cinquenta. Não se tratando mais da vila de Itapuã, o bairro cederá lugar a um processo de parcelamento e comercialização de terrenos, que modelará seu núcleo original recente, assim designados Cidade Balneária Itapuã, Jardim Encantamento e o loteamento dos Ex-combatentes. Este movimento de incorporação partiu do poder municipal, seja por via da desapropriação, seja por doação direta da municipalidade aos militares, ou então pelos promotores imobiliários junto aos proprietários das antigas fazendas. Neste momento surgem também os embriões das ocupações de Nova Brasília e Nova Conquista, consolidadas na década seguinte e próximas das lagunas e dunas do Abaeté.

Em 1968, o prefeito municipal promulga a lei da Reforma Urbana, concedendo-lhe o poder de alienar os bens do município. A partir daí, a quase totalidade do território de Itapuã, até as margens do rio Joanes, foi comercializado. A especulação imobiliária, com fins turístico-residenciais, passa a ter campo livre. Entre 1940

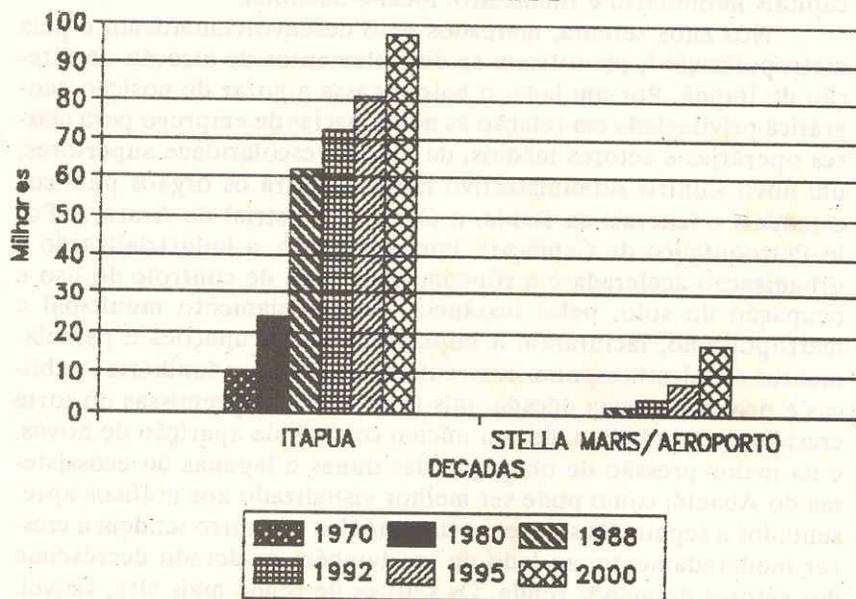
⁴ **Vocabulo de origem tupi-guarani - Abaité - que significa terrível, disforme, espantoso e pavor. Na origem de uma controvérsia fonética, um segundo vocabulo surge: Abá-eté, onde *Aba* significa índio, e *eté* traduz-se de valor. Abaeté finda por entender *homem equilibrado, harmonioso, de valor*. Remeter-se a Edelweiss (1969).**

e 1960 a população do bairro aumenta, mantendo-se sua estrutura urbana e ecológica anterior. Na década seguinte, o poder municipal e a agência metropolitana assumem a modernização desta estrutura através de políticas urbanas centralizadas, sob a trilogia: a) um aparato de legislações urbanísticas; b) implantação de novos vetores de circulação viária; c) valorização e incorporação do solo pelos capitais imobiliário e financeiro, local e nacional.

Nos anos setenta, marcados pelo desenvolvimentismo e pela metropolização⁵, identificam-se dois elementos de atração na direção de Itapuã. Por um lado, o bairro passa a gozar de posição geográfica privilegiada em relação às novas bacias de emprego para classes operárias e setores médios, de renda e escolaridade superiores: um novo Centro Administrativo moderno para os órgãos públicos estaduais e federais da Bahia, o Centro Industrial de Aratu, o Polo Petroquímico de Camaçari. Por outro lado, a industrialização e urbanização acelerada e a concomitante falta de controle do uso e ocupação do solo, pelas instâncias de planejamento municipal e metropolitano, facilitaram a implantação de ocupações e parcelamentos clandestinos, num emaranhado de reservas fundiárias públicas e privadas. Nesta década, tais foram as duas premissas do forte crescimento do bairro, de seu núcleo central, da aparição de novos, e da maior pressão de ocupação das dunas e lagunas do ecossistema do Abaeté, como pode ser melhor visualizado nos gráficos apresentados a seguir. Os setores sociais médios no bairro tendem a crescer moderadamente, ao lado de um também moderado decréscimo dos setores de menor renda. Os setores de renda mais alta, visivelmente, se apropriam da porção mais a nordeste da área (Stella Maris e Aeroporto), de caráter residencial e turístico moderno.

⁵ É necessário, neste ponto, marcar alguns elementos específicos, na base do fenômeno de metropolização, que justificaram a criação das Regiões Metropolitanas no Brasil, inscrevendo-as enquanto instrumento de manutenção e de reprodução do sistema econômico e político em vigor desde 1964. Elementos como: a decolagem urbana do país pela intensificação do processo de industrialização, a participação do Estado na provisão de infra-estruturas necessárias à reprodução e acumulação do capital; a política econômica de substituição de importações componente do processo de metropolização; o estabelecimento das bases necessárias à constituição da força de trabalho qualificada e indispensável à industrialização; a predominância de interesses econômicos sobre os interesses sociais quando da concepção de políticas públicas; a importante concentração do poder econômico e a centralização política do ponto de vista da organização territorial, fonte dos desequilíbrios regionais; o deslocamento considerável de grupos humanos de centros urbanos de médio e pequeno porte e de zonas rurais incapazes de controlar estas migrações na direção das grandes cidades, incapazes de absorver-los (habitação inadequada, precariedade de serviços públicos e sociais, altas taxas de desemprego, etc); e a concentração, nos grandes centros, de equipamentos sociais fortemente comprometidos, na sua eficiência, pelas múltiplas demandas geradas pela pauperização de grande contingente de população. A este respeito ver Panizzi (1984), Pavianni (1985).

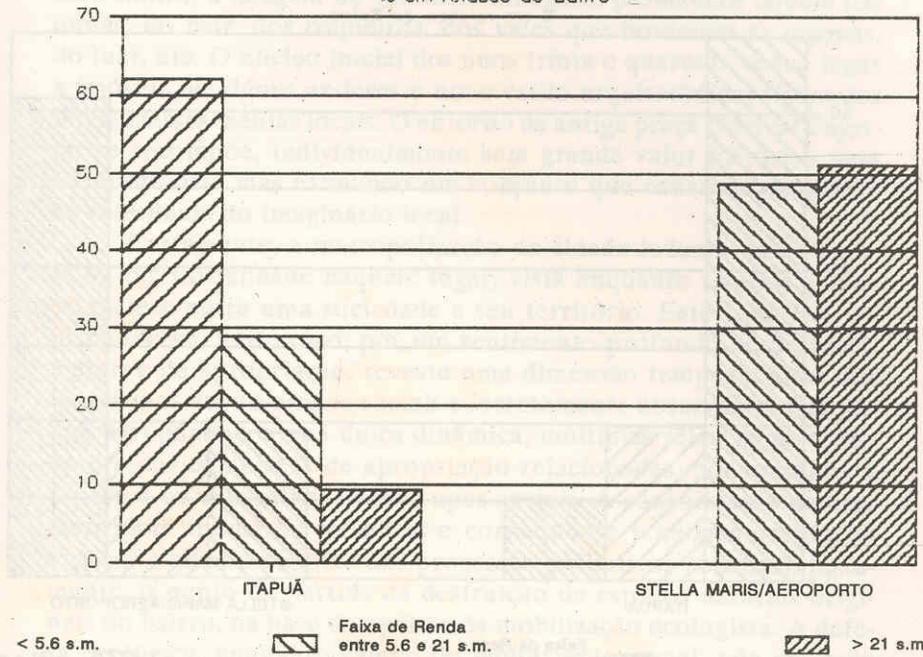
**ESTIMATIVA DE POPULACAO
1970 - 2000**



Fontes: 1988 - Plano de Estruturação da Orla Marítima
SEPLAM/FINEP
1970/1980 - Censos Demográficos / IBGE
1988/1992/1995 - Cálculos SEPLAM/PMS
1985/2000 - CONDER

POPULACAO POR FAIXA DE RENDA - 2000

% em relacao ao Bairro

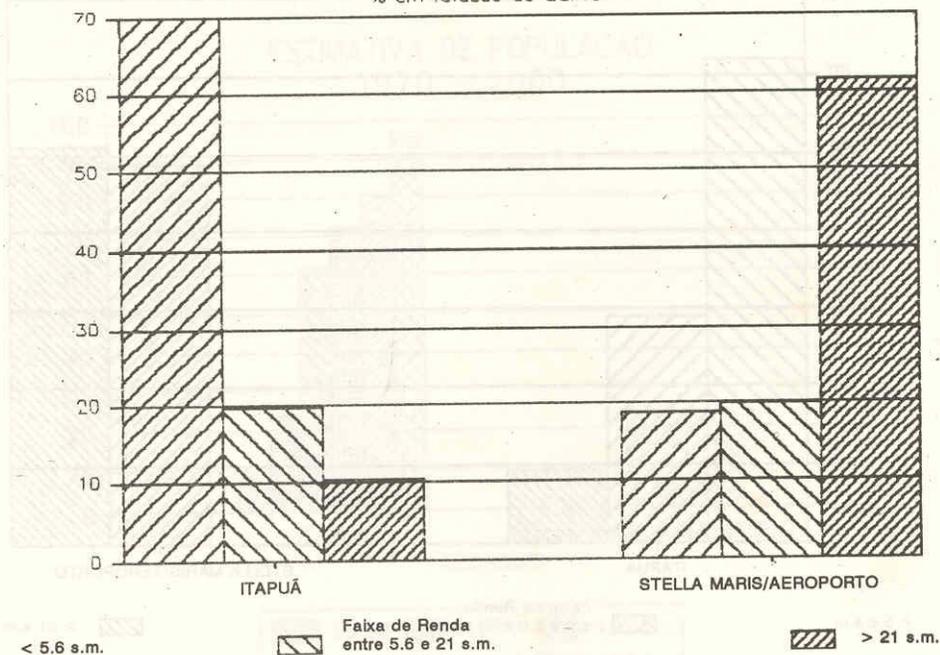


* s. m. - Salário mínimo

Fonte: EMBASA
Cálculos SEPLAM

POPULACAO POR FAIXA DE RENDA

% em relação ao Bairro



* s. m. - Salário mínimo

Fonte: Plano de Estruturação da Orla Marítima, 1988
SEPLAM/SIMS/CDS
Cálculos PMD

Na década de oitenta, o projeto de valorização da Orla Atlântica, a duplicação da Av. Otávio Mangabeira, os grandes investimentos privados no setor de habitação e do turismo, redirecionam o crescimento de Salvador na direção nordeste, atingindo periferias próximas a Itapuã, como São Cristovão e Itinga, e o município de Lauro de Freitas. Os dados de população confirmam que Itapuã passa a desempenhar um papel de charneira na conurbação entre Salvador e a Região Metropolitana, ao preço de uma forte pressão sobre a ocupação do solo, e de altos níveis de antropização dos seus componentes naturais. Em Itapuã, a extensão e o dinamismo do setor terciário (comércio de alimentação, de materiais de construção, de

oficinas mecânicas, etc) e de serviços (equipamentos públicos e privados de saúde, educação, etc) ultrapassa as fronteiras do bairro. Entretanto, a imagem do seu meio ambiente permanece aquela das dunas, do mar, dos coqueiros, dos vales que bordeiam as lagunas, do luar, etc. O núcleo inicial dos anos trinta e quarenta cedeu lugar a imóveis de alguns andares e novo estilo arquitetônico, típico das novas classes médias locais. O entorno da antiga praça Dorival Caym-mi se recompõe, individualmente sem grande valor histórico nem arquitetônico, mas formando um conjunto que constitui um ponto de referência do imaginário local.

Certamente, a metropolização da cidade induziu uma ruptura da territorialidade naquele lugar, vista enquanto relação que se estabelece entre uma sociedade e seu território. Este conceito, ex-prímiendo-se, neste caso, por um sentimento profundo de pertencimento e de apropriação, reveste uma dimensão temporal além dos fenômenos econômicos e sociais concretamente observados. Em Itapuã agrupam-se, numa única dinâmica, múltiplas relações de sentido e redes complexas de apropriação relacionadas, por exemplo, a aspectos da vida religiosa de grupos sociais. A consolidação de uma metrópole industrial moderna e conseqüente homogeneização do espaço enquanto suporte dos processos produtivos constitui, justamente, o ponto de partida da destruição de espaços naturais originais do bairro, na base do apelo e da mobilização ecologista. A defesa ecológica, enquanto campo de mobilização social, põe em ação uma multiplicidade de atores sociais, numa tentativa de reforço à noção de territorialidade, ameaçada pela macro-lógica da forma metropolitana. Como visto, o bairro de Itapuã incorporou os efeitos concretos do processo de diferenciação e de segmentação da cidade em vias de modernização. Não obstante, outras trocas simbólicas neste local exprimem formas de apropriação e de significação do espaço, onde o valor histórico-cultural e o patrimônio natural fazem deste lugar um objeto de defesa ecológica na cidade.

Em outras palavras, o processo de modernização do bairro se integra numa busca de identidade. As transformações urbanas em Itapuã repousam nas mudanças de funções e de conteúdo sócio-cultural do bairro, e no ritmo deste processo sob a ação voluntarista dos poderes públicos e suas grandes operações urbanas. Se outro-ra o bairro permitia, na sua forma, sua duração e sua permanência, a integração da vida social na comunidade, nos últimos trinta anos este se modificou radicalmente. A incorporação prática da dimensão subjetiva e relacionai no planejamento do ordenamento urbano é, entretanto, um *enjeu* fundamental trazido à luz pelo movimento de defesa do Abaeté.

O campo da territorialidade: a lagoa encantada

É possível falar da lagoa do Abaeté partindo de uma descrição dos seus componentes físicos, bióticos e paisagísticos. Estes elementos constituem uma forma de compreensão deste ecossistema, e, no movimento, servem de justificativa para uma ação emergencial de caráter preservacionista no local. Entretanto, o que lhe distingue de um outro ecossistema dunar do quaternário brasileiro, além do seu caráter puramente físico, conferindo-lhe uma especificidade na cidade, é o fato de que o seu lugar no passado lhe assegura uma espécie de *autonomia de existência* (Santos, 1978, p.150), sinônimo de apropriação e de subjetivação humana.

A história do Abaeté está inserida naquela de Itapuã, desde a época em que o bairro era a capital do litoral norte da cidade. O Abaeté, mais especificamente, ocupa um lugar importante na memória dos habitantes apesar da existência de todo um sistema imbricado de dunas e lagunas⁶. Em torno do quadro biofísico deste meio ambiente, surgiu uma vida comunitária, construções sociais e culturais e práticas de sacralização deste espaço. Desta vida comunitária surgem, por exemplo, a figura do pescador e suas atividades econômicas - a pesca e o artesanato -, aquela da lavadeira e da ganhadeira. Estas últimas, mulheres que compravam o peixe aos pescadores, para em seguida grelhar e vender no mercado tradicional de São Joaquim, e no de São Miguel na Baixa dos Sapateiros, etc.

A interação homem-natureza nestes grupos sociais pode ser abordada através de suas crenças, mitos e lendas de um cotidiano, ao mesmo tempo, cruel e prazeroso e, em última instância, lúdico. Toda a produção simbólica sobre o Abaeté se reproduz no seio destas duas figuras sociais, pescador e lavadeira, na forma de contos de encantamento e desencantamento, que narram a profundidade das águas, a ameaça de afogamento, as estórias fantásticas de uma mulher magnífica, de cabelos longos, que se penteava ao luar nas noites agitadas dos pescadores, e finalmente no mito da mãe d'água. Uma incursão breve neste imaginário social é a própria narração das origens do Abaeté, índio belo e forte, noivo de uma jovem mulher. Quando se banhava na lagoa, despertava a paixão na mãe d'água, que, ao saber do seu casamento, arrastou-o para o fundo das águas durante uma destas ocasiões. O corpo nunca foi encontrado. A noiva, após o desaparecimento, principalmente em noites de luar,

⁶ Fala-se efetivamente da existência do Abaeté Catu, Lagoa Dois dois, dos Pombos, dos Urubus, do Coré, das Trincheiras e do Canal. A maioria destas lagunas desaparece com a urbanização do bairro.

sentava-se à beira da lagoa para chorar sua perda. Segundo uma das versões para esta lenda, teria sido a própria mãe d'água que transformou o vestido e a grinalda da noiva nas dunas que contornam a lagoa (Edelweiss, 1969). Outras tantas estórias são contadas, não sendo aqui possível entrar longamente neste mérito.

No discurso dos diversos interlocutores do bairro, os *antigos*, os *integrados*, e os *novos*, se estabelece um tipo de estranheza associada às diferentes temporalidades e aos distintos espaços do bairro. Por exemplo, 'a Brasília não é Itapuã', afirmam categoricamente habitantes do núcleo central, referindo-se à uma das ocupações consolidadas em torno do Abaeté. Dá-se a impressão de uma coabitação que encontra seus pontos nodais quando se trata, mesmo nos mais novos habitantes, do fato que jamais a comuna representará a comunidade. São as recordações e lembranças de histórias do passado que transformam o Abaeté em espaço-objeto consensual de proteção e preservação. Por outro lado, os habitantes remetem a centralidade incorporada pelo bairro a elementos facilmente visíveis: um lugar de vida e de ajuntamento onde se entremeiam especializações funcionais e espaciais modernas, com predominância de usos residenciais e comerciais, onde o turismo acrescentou, de novo, uma significação valorizante. Isto põe em causa, evidentemente, o conteúdo tradicional desta centralidade, antes mais puramente associada à imagem do bairro tal como este foi marcado desde a época colonial: uma vila de pescadores de baleia, de artesãos, de mulheres negras das regiões circunvizinhas.

A diversificação dos espaços originais do bairro engendrou na sua população de origem *um sentimento de deslocalização e um efeito de centralização* (Ducret, 1988). A antiga praça da Igreja e os elementos naturais do bairro adquirem um valor histórico. Estes trarão à memória tanto o passado, como a idéia daquilo que deverá ser preservado. O bairro passa a sofrer da ideologia do progresso, se tornando objeto de previsão e intervenção das instâncias públicas, incorporando igualmente a exclusão social, a violência e a degradação dos espaços naturais. Ele é marcado pelo presente e pelo passado, entre a historicidade e o progresso, ao mesmo tempo a memória, a permanência e a tradição ladeando a centralidade, a modernidade e o cenário (Quentin, 1978). Novas sociabilidades, de certo, se desenvolveram entre as diferentes ondas de habitantes que ali chegam.

Modificam-se a morfologia e a estrutura sócio-econômica do bairro, o que não significa que toda lembrança se apague. Permanece em Itapuã uma grande ambivalência entre racionalidade, de um

lado, e desordem, artifício e tradicionalismo, de outro. No relato dos habitantes estão presentes antagonismos de valores que abrem espaço à questão da identidade do bairro, principalmente quando se interroga sobre o seu futuro. É a possibilidade de desaparecimento da tradição local que incita a uma reflexão sobre a memória individual e coletiva: um enraizamento espacial reivindicado, as referências aos caminhos de antigamente, a carga emocional que se libera quando se trata de temas como o da substituição dos espaços originais por outros.

Neste local onde circulam, sem cessar, mercadorias, pedestres, veículos, animais, pescadores, existem lugares históricos fixos, como o Abaeté, que abrem uma espécie de nicho para as trocas simbólicas. São referências que se colocam além da centralidade evocada pelos elementos funcionais da urbanização recente e, em última análise, que servem de recurso à territorialidade. Lugares de trocas do imaginário e de uma experiência social que engloba diferentes lógicas, remetendo ao social, ultrapassando-o, e aparecendo num mundo onírico, através de lendas e mitologias do bairro, enquanto espaço vivamente balanceado entre o real e o imaginário (Watier, 1980; Fauque, 1975). O fato metropolitano, entretanto, tornou-se realidade pela intervenção das instâncias de planejamento municipal e metropolitana e suas convicções formais da *metáfora organicis-ta*⁷ e pela incorporação, nos habitantes, da noção de progresso reificada nas infra-estruturas e serviços modernos.

Retomando o tema da identidade do bairro, o sistema que constitui o seu imaginário é de natureza cultural e, enquanto tal, nos remete, de um lado, à prática efetiva que os habitantes possuem de seus lugares e, de outro, à história enquanto processo onde o advento da modernidade subverteu as temporalidades, gerando como princípio consensual a transmissão da tradição contra o desabamento do sentido de continuidade de uma cultura. Este sistema cultural se associa tanto a indivíduos pertencentes a grupos sociais específicos, quanto a toda a coletividade no sentido amplo do termo. Imaginário que é reativação de lembranças conservadas de maneira bastante dispersa um pouco em diferentes cantos de Salvador. A memória coletiva do bairro e da cidade se sustenta, entre outros,

⁷ Este termo exprime uma premissa essencial do método reformador, ou seja, o tratamento do corpo urbano é análogo ao do corpo humano pela medicina e, como esta, tem necessidade, para ser eficaz, de um conhecimento científico do encadeamento das causas e efeitos. Ver Topalov (1990).

no papel do Abaeté com *lugar onde se apóia todo um trabalho de memória e de sua necessária transmissão*⁸.

Esta lagoa constitui a marca tanto de um grupo social como de uma prática religiosa pertencente, historicamente, aos afro-brasileiros. Na perspectiva do sincretismo, a religião afro-brasileira se desdobrará por diferentes níveis da realidade social e política da Bahia. Isto não impede que ela permaneça como elemento de história e de cultura, agora recuperado enquanto centralidade e modernidade. O imaginário da cultura negra, não mais repousando estritamente sobre este grupo étnico, não está desprovido de eficácia em vista de outras apropriações coletivas. É o que atesta, por exemplo, a indústria do turismo local.

O Abaeté e seu conjunto de dunas e lagunas assumem, desta forma, caráter de espaço de referência social. Pela ótica do ecologismo, revela-se a heterogeneidade de representações a seu respeito e, por conseguinte, a complexidade da gestão deste espaço pelos poderes públicos frente às expectativas coletivas mais diversas. Entretanto, esta lagoa só se inscreve, verdadeiramente, enquanto lugar onde se manifesta uma identidade coletiva em função do seu conteúdo sagrado, onírico e poético. Principalmente o sagrado lhe concedeu uma forte influência. Necessária, na medida onde o econômico e o racional intervêm brutalmente como determinantes, em última instância, na estruturação do espaço. O desaparecimento deste lugar pesa, então, sobre a identidade do bairro e da cidade. É sobre este ponto que reconhecemos algum princípio de unidade do movimento de defesa e de sua natureza ecológica.

A defesa do Abaeté: campo de ação e participação social

A defesa ambiental, em Salvador, vista através deste caso, nos remete a uma articulação específica de três domínios de reflexão: a) o político (a produção social da cidade frente ao processo de modernização conduzido pelo poder público), b) o cotidiano (as paixões da identidade, as formas de apropriação de um território, as referências de cultura, a noção de memória coletiva) e, c) o eco-

⁸ O tema da memória coletiva e individual foi trabalhado por Gérard Namer que, a partir da evolução do pensamento de Halbwachs, sugere duas definições: uma memória coletiva enquanto reconstrução do passado por grupos ou indivíduos deste grupo, baseado nas motivações do presente (efetivas ou racionais) e sempre sobre os quadros sociais da memória comum ao indivíduo ou a seu grupo; ou também a reconstrução do passado através dos traços que permanecem deste passado na sociedade, no espaço, nos costumes e principalmente, talvez, sob a forma de corrente de pensamento na cultura. Ver Namer (1987).

lógico (pensar as bases do progresso tanto a nível global - a degradação da biosfera - quanto a nível local - a alteração dos ecossistemas e do meio ambiente urbano frente ao ordenamento do solo).

Algumas questões se colocam como imediatas. O que foi o movimento de defesa das dunas e lagunas do Abaeté? Renovação dos temas sócio-políticos da vida cotidiana, ou, mesmo, fragmentos de uma nova subjetividade criadora de novas formas de identidade coletiva na cidade? O que foi acrescido enquanto alternativa aos instrumentos de gestão urbana? Existia realmente, ali, uma idéia alternativa nos grupos sociais quanto ao uso e ocupação daquele espaço? Idéia alternativa em relação à função do parque metropolitano enquanto espaço de preservação ecológica ou em relação à sua função de espaço organizador de um eficácia simbólica para certos grupos sociais da cidade? O que se revela da natureza das relações de poder nesta sociedade local a partir do quadro de degradação sócio-ambiental daquele ecossistema? Tentaremos agora debater algumas destas questões que nortearam este trabalho⁹.

Partindo-se do sistema de relações estabelecido entre os diferentes atores sociais do movimento, identificamos três dimensões nas denúncias manifestadas por estas categorias. Em princípio, um apelo de natureza cultural. Toma-se Itapuã como *nicho* a ser preservado, evidenciando seu lugar de símbolo da nostalgia da cidade de outrora, quando se consolidaram construções sociais e particularidades da identidade cultural baiana. Este apelo é remetido a um contexto global de modernização e de crise da gestão urbana e social. A degradação do Abaeté é enunciada como um dos aspectos da falta de responsabilidade, interesse e compromisso dos administradores públicos com a tradição comunitária e os elementos mais originais da cultura desta cidade.

Preservar a cultura contra a desordem da cidade moderna constitui um leitmotiv adequado, ou seja, um tema ou idéia sobre a qual se insiste com frequência, contra a perda das tradições, associando-se elementos do meio biofísico à construções sociais significativas da identidade da cidade em geral. Intelectuais, artistas de renome local e nacional, antigos habitantes, dentre outros, agregam, assim, ao conteúdo puramente ecologista deste movimento, aspectos ideológicos do culturalismo¹⁰, de maneira a ocultar as transforma-

⁹ Este texto é extraído de uma tese de doutoramento. Ver Guimarães da Silva (1992).

¹⁰ Nos princípios ideológicos do culturalismo prevalece a idéia de totalidade (a aglomeração urbana) sobre as partes (o indivíduo), e o conceito **cultural de cidade sobre** a noção material da mesma. O espaço do modelo cultural opõe-se, portanto, ao do modelo progressista. Cada cidade ocupa o espaço de modo particular e **diferencia-**

ções sócio-econômicas e espaciais observáveis nos últimos vinte anos. O movimento passa rapidamente a ser associado a uma manifestação liderada por cantores, intelectuais, professores universitários, entidades sócio-profissionais, entre outras. De caráter combativo, coloca-se em questão a imagem dominante da modernidade, por meio da ótica ecologista, partindo das representações sociais destes atores.

Os intelectuais e artistas baianos se legitimam pelo sentimento de que eles constituem os *guardiões dos caminhos* da cidade da Bahia de antigamente e de sua memória coletiva. No discurso dos habitantes tradicionais do bairro esta representação é incorporada de maneira distinta. Estes falarão de um mundo cotidiano, ou seja, *na relação prática ao mundo, esta pretensão quase corporal que não supõe nenhuma representação, nem do corpo nem do mundo, e menos ainda de sua relação, esta presença ativa no mundo por onde o mundo impõe sua presença*, para retomar uma idéia de Pierre Bourdieu (1980, p.43). As representações dos intelectuais e artistas, fundadas em uma base de realidade importante e legítima, nos remete a lógicas sócio-políticas diferentes daquelas dos habitantes do bairro enquanto agentes produtores deste cotidiano.

Uma segunda dimensão da denúncia ambientalista se refere à gestão urbana, propriamente dita, e à incapacidade dos administradores municipais e estaduais em efetivar um planejamento urbanístico para a área, desde 1972, quando da elaboração do Código de Urbanismo de Salvador. O alvo privilegiado serão os parcelamentos ilegais sobre as dunas, consolidados ou em consolidação, o projeto de ampliação do aeroporto internacional contíguo ao ecossistema, a especulação imobiliária na área do Parque Metropolitano de Dunas e Lagunas do Abaeté. O ponto central de denúncia é a falta de cumprimento dos instrumentos técnicos e jurídicos de controle do uso e ocupação do solo, disponíveis nos órgãos de planejamento. As inúmeras codificações urbanísticas de natureza preservacionista e propostas de zoneamentos, as divergências na definição da poligonal do parque e as atribuições legais concorrentes nos três níveis de governo são identificadas, pelos atores sociais, como fato-

do, onde deve-se apegar aos meios para assegurar particularidade e variedade ao seu espaço interior. Seu ponto de partida crítico não é mais a situação do indivíduo, mas a do agrupamento humano da cidade. Por suas particularidades e sua originalidade própria, cada membro da comunidade constitui um elemento insubstituível nela. É o desaparecimento da antiga unidade orgânica da cidade, sob a pressão desintegradora da industrialização, que causa escândalo e recusa. O culturalismo é, em definitivo, nostálgico, recriando um passado morto, que é finalmente o seu motor ideológico. Tem-se assim uma valorização inconsiderada do passado e o culto dos valores ancestrais. A este respeito, Choay (1979).

res que dificultam uma ação ambientalista efetiva¹¹. Desta vez são as associações sócio-profissionais, associações de bairro, representantes do legislativo municipal, grupos de defesa ambiental e imprensa que se fazem porta-vozes deste debate.

A denúncia propriamente ecológica, neste conflito urbano, apoiada no processo visível de degradação física da área da lagoa, incidirá sobre as formas atuais de ocupação e uso das dunas e da lagoa do Abaeté, incompatíveis com a capacidade de suporte daquele ambiente. Resumidamente, cinco são os alvos principais da demanda ambientalista: a) a necessidade de provisão de infra-estrutura e de serviços públicos na área (saneamento básico, coleta de resíduos urbanos, transporte e comunicação); b) o desmatamento e a erradicação da vegetação original e a inserção de outras espécies na área, com conseqüências sobre a aridez, a desertificação, os efeitos sobre a temperatura e a umidade local, e o equilíbrio hidrológico; c) a ativação de processos de erosão eólica e pluvial, indutoras de outros fenômenos na morfodinâmica da área; d) a ameaça de contaminação bacteriológica das águas superficiais, das subterrâneas e do litoral pela disposição de resíduos sólidos e líquidos sobre um substrato arenoso, não servido de infra-estruturas de base adequadas; e) os custos sociais - saúde pública, qualidade de vida, segurança, perda de identidade cultural, etc - imbricados na degradação das características específicas do meio físico, na ocupação intensiva e segregadora, sem base anterior de serviços públicos.

Entretanto, não é pelo discurso ecologista que se estabelecerá o reconhecimento do movimento. A visibilidade social alcançada por esta ação coletiva, através da novidade da defesa ambientalista, não indica, necessariamente, um alto grau de mobilização e de organização das associações de defesa ambiental nesta cidade. O discurso ecológico, neste caso, além de sua filiação com o ideal de equilíbrio dos processos naturais e humanos no meio urbano, vem apoiar-se especificamente, na denúncia pública e na visibilidade social dos artistas e intelectuais locais. Através do singular - a lagoa do Abaeté - o lugar assume uma representação na globalidade dos problemas ecológicos do planeta. O sistema de relações estabelecido entre os diversos intervenientes do movimento constrói, em torno do apelo predominante do culturalismo, uma visão da globalidade nesta realidade local, a partir do apelo e mobilização ecologista.

Temos assim um denunciador (classes médias urbanas), aqueles em favor de quem a denúncia é realizada (os cidadãos), aqueles

¹¹ Somente a nível municipal, entre 1972 e 1988, contam-se três leis, sete decretos, um plano urbanístico e uma ação judicial no Ministério Público, envolvendo a área das dunas e lagunas do Abaeté.

em detrimento de quem ela se exerce (os especuladores imobiliários) e aqueles que devem responder operacionalmente e politicamente à denúncia (os aparelhos político-administrativos). Prevalecerão os combates no campo sócio-econômico (o ataque à especulação imobiliária, a defesa do direito dos *excluídos* de ocupar os terrenos) e cultural (o romantismo poético de *cidade da Bahia*, as tradições comunitárias do bairro, as práticas religiosas dos habitantes) afim de transformar *uma corrente de opinião ecologista em uma verdadeira luta social definindo assim precisamente seu adversário* (Touraine, 1980, p.31). Em todo caso, delineia-se, de forma pioneira nesta cidade, uma tentativa de associar a defesa comunitária, um suposto contra-projeto de sociedade e uma luta propriamente social, de modo a juntar contracultura, ação política e sensibilidade ecologista emergente.

Existe, portanto, uma multidimensionalidade de campos do saber necessários para se explorar esta ação coletiva. O meio ambiente é, entretanto, um tema que nos remete ao conceito de crise. No caso do Abaeté, uma crise que se manifesta no urbano, onde nos deparamos com o apelo à proteção do meio ambiente, à questão das políticas urbanas mais democráticas e participativas, aos processos de afirmação de identidades sociais, à exigência de justiça social, etc. O exemplo do Abaeté constitui uma manifestação descontínua e local, em meio a outras manifestações de descontentamento coletivo, frente à gestão pública da cidade. Uma ação coletiva que se limita à pressão institucional, dividida entre estratégias de ordem organizacional e de ordem política.

Pode-se falar de um primeiro nível de ação conflitual e reivindicativa, visando uma repartição diferente dos recursos, uma adaptação funcional das organizações envolvidas, uma distribuição de funções e papéis institucionais. Este se desloca, em seu desenvolvimento, da tentativa de organização social mais ampla para a pressão corporativista de alguns atores sociais sobre o sistema político. Pressiona-se afim de alargar a participação e *melhorar a posição relativa do ator no processo de formação das decisões* (Touraine, 1984, p.142). Existe nos distintos intervenientes do movimento uma estratégia comum, que visa a abertura de canais institucionais de tratamento de suas demandas políticas e sociais além dos limites já estabelecidos legal e institucionalmente.

Este movimento não se sustenta pura e unicamente na ideologia do ecologismo. Esta dimensão, no urbano, é cortada por demandas relativas à crise e *expoliação urbana*, no dito de Lúcio Kowarick. Todas as litanias de carências sociais nos bairros populares irão

aparecer tanto em Itapuã como no Abaeté: habitação, saneamento, saúde pública, equipamentos de lazer, etc. Pela ótica do ecologis-mo, o movimento une a cidade e suas dimensões materiais e simbólicas, o poder institucional e político e as diferentes associações civis; dentre elas as de defesa ambiental permanecem as mais visíveis.

Sua evolução, de níveis e orientações, foi marcada por sua natureza defensiva em vista da satisfação de diferentes demandas, a depender do ator, entretanto sem grande capacidade de resolver qualquer bloqueio político-institucional maior, principalmente no que tange ao solo urbano e sua legalização. Longe de combater um poder econômico dominante, o movimento denuncia certos mecanismos particulares de decisão, envolvendo instâncias públicas e interesses privados. Definido como um movimento de defesa ecológica, este se integra num mundo associativo bem mais consolidado desde os meados da década de setenta, buscando nos atores políticos tradicionais uma fonte de recursos, por exemplo, para a barganha por diretrizes de uso e ocupação do solo e parâmetros urbanísticos compatíveis com o nível de preservação desejado para o ecossistema dunar.

A participação de diversas categorias sociais foi, portanto, bastante visível. Entretanto, enunciando-se como uma *campanha* de defesa ecológica, o movimento se identificava mais como um combate de categorias médias e com formação profissional superior do que com uma iniciativa propriamente popular. Na busca da mobilização da opinião pública diante da devastação deste sítio natural é que se revelarão, progressivamente, as denúncias populares das relações de poder e dominação, que impediam o atendimento das demandas ecologistas ou qualquer ação pública no parque, institucionalizado tanto pelo nível municipal quanto estadual do governo.

Em detrimento da intervenção de alguns mitos unificadores (intelectuais, notáveis locais, artistas, etc), a incidência de sensibilidades culturais e seus impactos sobre a organização social do movimento não corresponde ao que, aparentemente, apostavam os ecologistas e as associações sócio-profissionais. O movimento, coletivamente organizado, se esvazia desde 1988, sem respostas efetivas dos poderes públicos e dos agentes econômicos. Desde então, manifestações esporádicas ocorrem no local, mitificando ainda mais o Abaeté enquanto espaço social de referência e preservação ecológica. O que importa para nossa análise é que, apesar da fragilidade da ação ambientalista, Itapuã delimita efetivamente um território onde uma ação coletiva se desenvolveu na cidade, elegendo o Abaeté com um dos elementos constitutivos da imagem que se deseja

preservar no imaginário social e urbano local. Assim fazendo, esta ação combina elementos da tradição e da cultura do seu povo, de manifestações de sua especificidade e singularidade enquanto unidade social, em torno de um território reconhecido como de identificação coletiva da cidade. Como afirmamos anteriormente, tratava-se aqui de assumir uma perspectiva dialética entre a centralidade do processo de urbanização e metropolização recente e a possibilidade, inerente ao sujeito social, de reconstituir uma territorialidade elucidativa das especificidades que marcam a vida cotidiana deste bairro e desta metrópole. Não seria então a defesa do Abaeté a imagem da nossa aventura local na construção de um consenso moderno?

Uma agenda para debate

Existe uma trama inesgotável quando se pretende, localmente, gerir a complexidade dos sistemas ecológicos e sócio-culturais: a cultura popular, a defesa de uma comunidade local, a segmentação da economia, o poder das oligarquias, o mito desenvolvimentista, as articulações específicas entre o campo intelectual e a esfera política, os paradigmas ideológicos, os bloqueios institucionais, os desafios da privação econômica, etc. Entretanto, o avanço de um movimento que se nomeia ambientalista reside, nos parece, na possibilidade de construção de um *consenso moderno* na racionalização da realidade social segundo três aspectos do conceito de modernização: o crescimento econômico associado ao progresso científico, a legitimidade política dependente de um progresso quantitativo e qualitativo do processo de democratização, e, finalmente, aquele que corresponderia à transformação das relações interpessoais, das atitudes frente ao mundo em geral, seja em relação à ciência, à política, à tradição, à cultura, a si e aos outros¹².

Frente a um mundo guiado pela força das trocas econômicas e culturais, das intervenções militares, das centenas de modalidades de poluição que ameaçam os equilíbrios naturais, dos grandes aparelhos de comunicação e de propaganda, do consumo e da informação massiva, é difícil não reconhecer a complexidade de cada pequeno evento do processo político local. O ecologismo impõe, deste ângulo de análise, grandes dificuldades a atores sócio-políticos e institucionais, principalmente aquela de pensar a modernização a partir

¹² Esta hipótese, trabalhada pelo filósofo Jean-Marc Ferry, se inscreve na concepção de "espaço público" e da ética da discussão desenvolvida por J. Habermas, na perspectiva de uma modernização bem sucedida e capaz de integrar as condições de um consenso do tipo moderno. Ver Ferry (1985).

de manifestações sociais que colocam em questão temas ligados ao político, mas principalmente outros debates portadores de uma significação de contestação cultural. Temas positivos (a qualidade de vida, uma nova relação com a natureza, a reapropriação de uma identidade cultural ameaçada, o pertencimento étnico e religioso) mas também negativos, problematizados pela *fetichização da diferença*, diria Jean Baudrillard (1990, p.134), como o isolamento, a negação da sociedade tecnicista, a perda de sentido e o fim do indivíduo.

O campo do possível, local ou globalmente, parece surgir justamente da dificuldade presente da aplicação prática das representações simbólicas (imagens do mundo, crenças, significações, valores culturais e tradições vivas) ao mesmo tempo que as leis científicas e os princípios jurídicos que comandam nosso modelo cultural. O que na prática exige múltiplos avanços, da teoria à prática, do saber à ação, do racional ao real. No pensamento de Virilio (1978, p.66)., seria mais interessante fazer uma grande conferência psicológica apta a recriar uma cultura emotiva nova.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUDRILLARD, J.

1990 *La transparence du mal. Essai sur les phénomènes extrêmes*. Paris: Galilée.

BOURDIEU, P.

1980 *Le sens pratique*. Paris: Minuit.

CHOAY, F.

1979 *O urbanismo. Utopias e realidades. Uma antologia*. São Paulo: Perspectiva, p.2-56.

DUCRET, A.

1988 *L'arbitraire du digne. Mémoire collective, phénomène urbain et bien social*. *Revue de l'Institut de Sociologie*. Bruxelles, n.3/4, p. 115-126.

EDELWEISS, F.

1969 *Camaragipe e a Lagoa Abaeté*. Salvador: Centro de Estudos Baianos. 12 p.

FAUQUE, R.

1975 *Perception de la ville et imaginaire urbain*. *Espace et Société*, Paris, n.16, p.63-76.

FERRY, J.M.

1985 *Modernisation et consensus*. *Esprit*, Paris, n.5, p. 13-28, maio.

GUIMARÃES DA SILVA, P. R.

1992 *La lagune du Abaeté ou pouvoir et environnement*. *Pratiques, demandes et perceptions sociales à Salvador de Bahia*. Paris: Université de Paris III/IHEAL, 513 p. Tese (Doutorado).

- MATTOSO, K. M. de Q.
1992 *Bahia século XIX: uma província no império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- NAMER, G.
1987 *Mémoire et société*. Paris: Méridiens Klincksiech.
- PANIZZI, W.
1984 *L'intervention de l'état dans le processus de concentration et centralisation de la politique urbaine brésilienne. Le cas de l'aire métropolitaine de Porto Alegre*. Paris: IUP/Université de Paris XII. Tese (Doutorado)
- PAVIANNI, A.
1985 La urbanización en América Latina: el proceso de constitución de periferias en las áreas metropolitanas. *Revista Interamericana de Planificación*, [s.l.], n.77, p.74-93, mar.
- QUENTIN, C.
1978 L'imaginaire d'un vieux quartier. *Espace et Société*, Paris, n.24/27, dez.
- RIBEIRO, J. Ubaldo.
s.d. *Viva o povo brasileiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- SANTOS, M.
1978 *Por uma geografia nova*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP.
- TOPALOV, C.
1990 La ville congestionnée. Acteurs et langage de la réforme urbaine à New York au début du XXème siècle. *Gênese*, Paris, p.86-111, set.
- TOURAINÉ, A.
1980 *La prophétie anti-nucléaire*. Paris: Seuil. (Sociologie permanente, 3)
1984. *Le retour de Vacteur. Essai de sociologie*. Paris: Fayard (**Mouvement**, 3).
- VIRILIO, P.
1978 *Défense populaire et lutes écologiques*. Paris: Galilées.
- WATIER, P.
1980 Sur quelques aspects des recherches concernant la ville et l'échange symbolique. *Espace et Société*, Paris, n.36/37, p. 135-147.